



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680943 - MG (2021/0223643-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : CLEUDER DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO
ADVOGADOS : ULISSES SANCHES DA GAMA - MG114135
CLEUDER DE OLIVEIRA CARVALHO - MG100279
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : TAIRINY CRISTINI DUARTE CUSTODIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TAIRINY CRISTINI DUARTE CUSTODIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1.0000.21.125940-3/000).

A paciente foi presa em flagrante no dia 18/06/2021 pela suposta prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06. O flagrante foi convertido em prisão preventiva. Efetuado pedido de substituição da preventiva por prisão domiciliar, o pleito foi indeferido pelo Juízo responsável.

Impetrado prévio *writ* na origem, a liminar foi indeferida (e-STJ fls. 68/72).

O impetrante sustenta que o óbice da Súmula n. 691/STF deveria ser superado, pois entende que não há nos autos elementos concretos que justifiquem a manutenção da custódia cautelar.

Afirma que ficou comprovado que a paciente é mãe de um menor de 8 anos de idade, que necessita de seus cuidados e que está, atualmente, sob cuidados de uma vizinha.

Assevera que a paciente é a única responsável pela criação do menino, o que também poderia ser comprovado através de comprovante de cadastramento emitido pelo Ministério da Cidadania.

No mais, aduz que a paciente é primária, que possui residência fixa e que medidas cautelares diversas da prisão poderiam ser aplicadas.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que a prisão preventiva seja convertida em prisão domiciliar, com fulcro no art. 318, do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente